

DOI: 10.20911/21799024v16n1p34/2025

O Outro Indizível: Uma Análise Wittgensteiniana do Conceito de Heterologia em Michel de Certeau¹

**The Unspeakable Other: A Wittgensteinian Analysis of the Concept of
Heterology in Michel de Certeau**

Luiz Henrique Bechtluft Bade²

Leandro Couto Carreira Ricon³

Resumo: O texto investiga as relações entre o pensamento do intelectual francês Michel de Certeau (1925 - 1986) e a obra Ludwig Wittgenstein (1889 – 1951). Para tanto, foca no conceito de “heterologia”, proposto por De Certeau, relacionando-o aos limites da linguagem e à natureza do sujeito, percebidos na filosofia de Wittgenstein. Logo, partindo da revisão bibliográfica e analisando a obra de Michel de Certeau à luz da filosofia da linguagem de Wittgenstein, este trabalho procura demonstrar que as dificuldades em compreender o Outro nas humanidades transcendem o âmbito epistemológico. A heterologia certe-

1 Os autores agradecem ao CNPq pelo apoio financeiro concedido à realização da pesquisa.

2 Mestrando junto ao Programa de Pós-Graduação em Lógica e Metafísica do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGLM-IFCS-UFRJ).

3 Doutor e Mestre em História Comparada pelo Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGH-C-IH-UFRJ).

auniana, ao encontrar um fundamento na impossibilidade wittgensteiniana de apreender o sujeito metafísico pela linguagem, revela que a natureza do Outro como um sujeito que escapa à descrição linguística constitui um desafio tanto epistemológico quanto metafísico para as humanidades.

Palavras-chave: Michel de Certeau. Ludwig Wittgenstein. Heterologia. Epistemologia. Metafísica.

Abstract: The text investigates the relationships between the thought of the French intellectual Michel de Certeau (1925-1986) and Ludwig Wittgenstein (1889 – 1951). To do so, it focuses on the concept of “heterology” proposed by De Certeau, relating it to the limits of language and the nature of the subject, as perceived in Wittgenstein’s philosophy. Therefore, based on a literature review and analyzing Michel de Certeau’s work in light of Wittgenstein’s philosophy of language, this work seeks to demonstrate that the difficulties in understanding the Other in the humanities transcend the epistemological scope. Certeau’s heterology, upon finding a foundation in Wittgenstein’s impossibility of grasping the metaphysical subject through language, reveals that the nature of the Other as a subject who escapes linguistic description constitutes both an epistemological and metaphysical challenge for the humanities.

Keywords: Michel de Certeau. Ludwig Wittgenstein. Heterology. Epistemology. Metaphysics.

Introdução

Michel de Certeau (1925 – 1986), padre jesuíta nascido em Chambéry, França, consolidou-se como um dos mais influentes intelectuais quando o assunto é a produção do conhecimento nas humanidades ao longo do século XX. Suas contribuições, distribuídas por vários campos, como a história, a antropologia, a teologia (mais especificamente a mística), os estudos culturais e muitos outros, trouxeram à baila significativos desdobramentos nas formas de fazer pesquisa em disciplinas preocupadas com o humano. Nesse sentido, uma série de conceitos e abordagens certaunianas (ou, ao menos, influenciadas pela produção do autor) firmaram-se como incontornáveis na epistemologia das humanidades.

O presente estudo busca analisar uma noção particularmente importante para a análise certauniana: a *heterologia*⁴. Mais especificamente, o artigo que

4 Heterologia é um termo enganoso. Embora não seja sinônimo, está intrinsecamente ligado a conceitos como *alteridade*, *diferença* e *Outro*, constituindo um campo semântico complexo de análise. Em De Certeau o termo aparece em obras como *A escrita da história* (2002), *A invenção do cotidiano* (1998) e *História e psicanálise* (2020). Aqui, seguindo a linha estabelecida por Ohara, heterologia “designa uma modalidade de saber que se apoiaria sobre o Outro, uma modalidade que [De] Certeau associa à etnografia e à história” (2013, p. 8). Neste sentido, compreendemos os saberes heterológicos do ocidente moderno indissociáveis de práticas de teorização apriorísticas como saberes colonialistas, responsáveis por “ocupar o espaço do Outro e reduzi-lo à Mesmidade, de absorver, neutralizar e colonizar a alteridade que se apresenta” (OHARA 2013, p. 8). Assim, concordamos com o autor quando este afirma que “[a] busca interminada e interminável de [De] Certeau constituirá (...) a busca por uma maneira de elaborar esses saberes heterológicos renunciando às ambições colonialistas.” (OHARA, 2013, p. 8).

segue procura tratar da ideia ceriteuniana de que há um limite para as mais diversas formulações teóricas que podem vir a ser propostas pelos campos disciplinares no contexto das humanidades: o *Outro*.

Nesse sentido, o historiador, por exemplo, instala-se, segundo De Certeau,

(...) na fronteira onde a lei de uma inteligibilidade encontra seu limite como aquilo que deve incessantemente ultrapassar, deslocando-se, e aquilo que não deixa de encontrar sob outras formas. Se a "compreensão" histórica não se fecha na tautologia da lenda ou se refugia no ideológico, terá como característica, não primordialmente, tornar pensáveis séries de dados triados (ainda que isso seja a sua "base"), mas *não renunciar nunca à relação que essas "regularidades" mantêm com "particularidades"* que lhe escapam. (2002, p. 92. Grifos do autor)

Há, portanto, uma "tensão" na produção do historiador. Essa, estabelecida entre a teoria proposta e o Outro que se pretende alcançar por meio do ato teorizante, constitui um elemento fundamental do fazer historiográfico. Algo semelhante pode ser observado para todos os outros campos das humanidades. Para teorizações de ordem antropológica, sociológica, econômica ou de outro tipo qualquer, o ato teorizante constitui, simultaneamente, uma regularidade e um "resto", uma série de particularidades que não se encaixam na teoria proposta. Tal é o Outro.

Para sustentar nossa interpretação, um outro autor de grande influência para as humanidades será trabalhado: o austríaco Ludwig Wittgenstein (1889 – 1951). Conhecido primariamente por suas contribuições à filosofia da linguagem e à lógica, Wittgenstein produziu, também, reflexões de enorme interesse para a filosofia no que concerne ao *sujeito*, encarado pelo autor como existente *nos limites do mundo*⁵. Tais considerações, fortemente influenciadas por Arthur Schopenhauer (BRÍGIDO, 2019) e pela tradição católica (MONK, 1990; MARGUTTI, 1998) – esta última, ponto de convergência entre os autores –, podem, como argumenta o artigo, servir como fundamentação da heterologia como pensada por De Certeau, qual seja, enquanto limite das operações teorizantes.

1. Michel de Certeau: a teoria e sua relação com um Outro inflexível

Ao longo de suas análises da produção do conhecimento nas humanidades, Michel de Certeau desenvolveu uma concepção segundo a qual qualquer estudo, tese, livro, artigo ou demais produções intelectuais encaradas como legítimas fundamenta-se em três fatores, cuja existência e cujas interações criam um *lieu*

5 O mundo, como descrito por Wittgenstein em sua primeira obra, o *Tractatus Logico-Philosophicus*, é "a totalidade dos fatos, e não das coisas" (2010, p. 135). Sendo fatos entidades linguísticas, estabelece-se uma relação, reiterada repetidamente ao longo da obra, entre a linguagem e o mundo que esta descreve. De fato, há poucas exceções à ideia de que o mundo é, essencialmente, o mundo como descrito. Ética e estética são os desafios apresentados a essa estrutura wittgensteiniana, e o autor afirma que tais campos podem ser demonstrados, mas não propriamente descritos. Tal propriedade é observada, exatamente, por conta da relação entre ética e estética de um lado e o sujeito do outro. Condição para a existência de uma linguagem, o sujeito está, segundo a reflexão *tractatiana*, perpetuamente fora do alcance dos mais variados mecanismos descritivos. Tal característica, no entendimento do presente trabalho, implica uma irredutibilidade do Outro, enquanto sujeito, aos tentos teorizantes que procuram analisá-lo.

*propre*⁶ para as atividades do intelectual. São esses três fatores um *lugar social*, uma série de *práticas* e, finalmente, uma *escrita*.

Sobre o primeiro desses elementos, De Certeau escreve que

toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhe serão propostas, se organizam (2002, pp. 66-67).

Uma vez mais, é pontual observar que o trecho supracitado, apesar de fazer referência explícita apenas ao campo da historiografia, pode ser alargado para encobrir as humanidades como um todo. Nesse sentido, é impossível separar um pesquisador ou grupo de pesquisadores (ou de instituições acadêmicas) do lugar que ocupam nas estruturas de saber-poder de onde produzem suas obras. Não há, portanto, obra absolutamente desinteressada, uma vez que as redes de saberes-poderes, ubíquas, influem fortemente sobre aquilo que se pode dizer e aquilo sobre o qual é melhor silenciar.

O segundo elemento que fundamenta as mais variadas produções no conjunto das humanidades é assim examinado por De Certeau:

se é verdade que a organização da história é relativa a um lugar e a um tempo, isso ocorre, inicialmente, por causa de suas técnicas de produção. Falando em geral, cada sociedade se pensa “historicamente” com os instrumentos que lhe são próprios. Mas o termo instrumento é equívoco. Não se trata apenas de meios. Como Serge Moscovici demonstrou magistralmente, ainda que numa perspectiva diferente, a história é mediatizada pela técnica. Dessa maneira se relativiza o privilégio que a história social teve durante todo o século XIX – e, frequentemente, ainda em nossos dias. Com a relação de uma sociedade consigo mesma, com o “tornar-se outro” do grupo segundo uma dialética *humana*, se combina, central na atividade científica presente, o futuro da *natureza*, que é “simultaneamente um dado e uma obra”. (2002, p. 78. Grifos do autor.)

O autor continua, nesses termos, estendendo sua análise a outros campos disciplinares.

É nessa fronteira mutável, entre o *dado* e o *criado*, e finalmente entre a natureza e a cultura, que ocorre a pesquisa. A biologia descobre na “vida” uma linguagem falada antes que apareça um locutor. A psicanálise revela no discurso a articulação de um desejo constituído diferentemente do que o diz a consciência. Num campo distinto, a ciência do meio ambiente não mais permite isolar das *estruturas naturais*, que transforma, a extensão indefinida das construções sociais. (2002, p. 78. Grifos do autor.)

6 A primeira impressão é que *lieu propre* se traduz facilmente por lugar próprio. No entanto, a riqueza semântica do francês nos revela um termo mais ambíguo. Em De Certeau, a escolha de ‘*propre*’ parece intencional, pois a palavra, além de indicar posse ou pertinência (próprio), também carrega conotações de pureza, limpeza e legitimidade. Essa multiplicidade de sentidos torna a análise do termo ainda mais interessante cf. Ohara, 2013.

Com as práticas, assim como com o lugar social, as redes de poder atuam na direção de influir sobre aquilo que é permitido e aquilo que deve ser inibido. Assim, uma camada a mais de complexidade é colocada sobre o fazer teorizante, evidenciando ainda mais sua natureza política e subjetiva, no sentido de atender interesses específicos de indivíduos ou grupos posicionados de formas particulares no meio social. De fato, se há uma desigualdade de poderes entre os lugares sociais a partir dos quais se desenvolvem as mais variadas pesquisas, dificilmente haveria uma igualdade entre as práticas de pesquisa propugnadas por representantes desses mesmos lugares. Nesse sentido, por exemplo, o fazer de um pesquisador radicado numa universidade, instituição de saber-poder reconhecida como legítima, tende a ser mais influente do que o fazer de alguém desapossado de uma posição social igualmente prestigiosa. As práticas de pesquisa vão, assim, sendo moldadas em função dos poderes que atuam por detrás de seus desenvolvimentos.

Finalmente, sobre o último dos três elementos, De Certeau assim discorre:

o writing, ou a construção de uma escrita (no sentido amplo de uma organização de significantes), é uma passagem, sob muitos aspectos, estranha. Conduz da prática ao texto. Uma transformação assegura o trânsito, desde o indefinido da "pesquisa" até aquilo que H. I. Marrou chama a "servidão" da escrita. "Servidão", com efeito, pois a fundação de um espaço textual provoca uma série de distorções com relação aos procedimentos da análise. Com o discurso parece se impor uma lei contrária às regras da prática. (2002, p. 94. Grifos do autor.)

A passagem, qualificada como "estranha" por Michel de Certeau, entre a pesquisa e a escrita é denominada pelo autor como uma *inversão escriturária* (DE CERTEAU, 2002, p.94), manobra segundo a qual a "vida" daquilo sobre o que se escreve cede vez para uma estabilidade textual que é, segundo o autor, aprioristicamente garantida. Tal é o caso porque o texto finalizado orienta-se, desde o começo, para uma conclusão já alcançada na pesquisa – ao menos na forma tradicional de pesquisas (DE CERTEAU, 2002). Dessa forma, a escrita pode ser entendida como uma *interferência sobre o real*, na medida em que confere a este uma linearidade estritamente inexistente no objeto mesmo sobre o qual se escreve.

Sob muitos aspectos, portanto, "a partir de modos – cuja enumeração não tem lugar, nem interesse, aqui –, a história implica uma relação com o *Outro* enquanto ele está *ausente*, embora um ausente particular, aquele que "já era" ["a passé], como diz a linguagem popular" (DE CERTEAU, 2023, p. 181. Grifos do autor). Em outras palavras, a operação teorizante, a partir de seu lugar próprio, faz do Outro sobre o qual se discorre algo aquém de sua própria identidade, um construto especialmente pensado para encaixar-se nas elaborações observadas na produção dos campos das humanidades. Ainda segundo o autor, "o [O]utro não seria a condição de possibilidade, mantida externa, do discurso filosófico, mas seria, modificado em objeto, o elemento que o discurso histórico transforma em significantes e reduz a algo de inteligível para suprimir seu perigo." (DE CERTEAU, 2023, p. 182).

Contudo, tal operação não é plena, uma vez que sempre deixa um “resto”. Michel de Certeau explica, nesses termos, que

os significantes dispersos na cultura e qualificados por ela como “antigos” são recortados segundo pertinências, dispostos de acordo com uma ordem, transformados em objetos abordáveis. Nesse aspecto, a alteridade recebida como *fato* é, por uma série de operações, conduzida a uma *razão* que a torna assimilável, “compreensível”. (...) Esse passado que se tornou conveniente (...) é, no entanto, restituído à sua definição primeira pelas narrativas historiográficas. Não é necessário que a ciência histórica abandone o campo em que ela havia sido posicionada inicialmente: ela deve permanecer na região cultural do passado. Não é necessário que ela torne inteligível *demaís* o que lhe foi confiado como estranho. Assim, a escrita historiográfica estaria elaborando, continuamente, no termo de procedimentos redutores, um teatro da diferença. (2023, p. 183. Grifos do autor.)

O Outro sobre o qual o fazer teorizante discorre é, portanto, inflexível, na medida em que recusa-se a adequar-se perfeitamente às formulações discursivas que buscam reduzi-lo. Por mais que a teoria represente, em certo sentido, uma aniquilação da alteridade – diferença –, esta subsiste, mesmo que como *desvio* do ato escriturário. O “teatro da diferença” postulado por De Certeau é como que um sintoma da inflexibilidade do Outro sobre o qual a teoria procura discorrer. Mesmo que esta procure estabelecer, em detrimento de uma autonomia plena daquele, uma razão que o torna inteligível, a “estranheza” pontuada por De Certeau, *interna ao próprio discurso teorizante*, é sinal do desafio que o Outro coloca à teoria. A observação em questão é, como o presente artigo procura evidenciar, resultante não apenas de uma limitação epistemológica, como também de uma natureza propriamente metafísica de todos os sujeitos.

Em última análise, portanto, os três elementos que constituem a operação historiográfica são responsáveis pela criação de um *mundo* em sentido wittgensteiniano, um conjunto de proposições que almejam descrever estados de coisas. Contudo, tal isomorfismo significa que o ato teorizante apresenta as mesmas dificuldades apontadas pelo filósofo austríaco no que concerne aos limites desta tentativa descritiva. Em particular, como busca demonstrar a presente análise, o ato teorizante faz-se incapaz de apreender o Outro enquanto *sujeito metafísico*. Para dar sequência a tal argumentação, é pertinente analisar as formulações de Ludwig Wittgenstein sobre essa categoria.

2. O sujeito metafísico em Wittgenstein: ente irreduzível à linguagem

Ao longo de suas produções, o austríaco Ludwig Joseph Johann Wittgenstein estabeleceu-se como uma das principais referências no campo da filosofia da linguagem, seara em que suas contribuições estendem-se ampla e profundamente. Um dos principais intentos do filósofo, observado tanto em sua primeira fase intelectual – representada, principalmente, pela obra *Tractatus Logico-Philosophicus* (*Logisch-Philosophische Abhandlung* no original – quanto em sua produção mais madura – mais amplamente exposta nas postumamente

publicadas *Investigações Filosóficas* (*Philosophische Untersuchungen* originalmente) –, consistia em separar, com o maior rigor possível, as coisas que podem ser faladas daquelas sobre as quais é impossível falar. Para os propósitos estabelecidos por Wittgenstein, tal problema exigia uma profunda investigação dos funcionamentos da linguagem.

Em sua primeira fase intelectual, mais diretamente influenciada pela obra de Gottlob Frege (2019) e pelo atomismo lógico de Bertrand Russell (2009), Wittgenstein procurou diferenciar entre o sentido e a ausência de sentido na linguagem por meio de sete proposições fundamentais, conforme apresentado por Arruda Júnior (2017). São estas como segue:

1) O mundo é tudo que é o caso.

2) O que é o caso, o fato, é a existência de estados de coisas.

3) A figuração lógica dos fatos é o pensamento.

4) O pensamento é a proposição com sentido.

5) A proposição é uma função de verdade das proposições elementares. (A proposição elementar é uma função de verdade de si mesma.)

6) A forma geral da função de verdade é $[P, \xi, N(\xi)]$. Isso é a forma geral da proposição.

7) Sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar.

Segundo o autor (ARRUDA JÚNIOR, 2017) e análises semelhantes (MARGUTTI PINTO, 1998 e MONK, 1991) da produção primeira wittgensteiniana, as sete proposições fundamentais do *Tractatus* podem ser subdivididas em quatro grupos principais: a ontologia da obra (proposições 1 e 2); a ponte entre ontologia e epistemologia segundo o livro, isto é, entre o que existe e o que se pode discutir sobre o que existe (proposição 3); a estrutura da linguagem de acordo com o trabalho em questão (proposições 4, 5 e 6); e a mística wittgensteiniana (proposição 7). Ética e estética, encaradas como notoriamente próximas uma da outra⁷, estão incluídas nesta última subdivisão do trabalho wittgensteiniano, qual seja, são definidas como pertencentes ao campo do indizível.

Tal posicionamento na obra wittgensteiniana (2010) relaciona-se com uma distinção, reiteradamente afirmada pelo autor, entre um sujeito empírico e um sujeito transcendental, metafísico ou filosófico (afor. 5.6 a 5.641). A diferença entre um sujeito e outro dá-se pela introdução do *valor* na análise wittgensteiniana⁸, sendo este um elemento relativo ao *sentido* do mundo e das coisas nele contidas. Afirma Wittgenstein, sobre esse último elemento, que

⁷ De acordo com o que o próprio Wittgenstein afirma no *Tractatus* (2010), “ética e estética são uma coisa só” (afor. 6.421).

⁸ A função da lógica, área mais profundamente conectada à linguagem segundo o *Tractatus*, é a descrição completa dos fatos no mundo. Assim sendo, alguma coisa pode ser dita sobre um sujeito, a exemplo de seu comportamento, de sua aparência física, de eventos pelos quais tal sujeito passa e elementos afins. Nessas formulações, o sujeito apresenta-se como *objeto* do mundo, como algo passível de ser descrito segundo os termos da lógica. Contudo, há uma camada

o sentido do mundo deve estar fora dele. No mundo, tudo é como é e tudo acontece como acontece: não há *nele* nenhum valor – e se houvesse, não teria nenhum valor. Se há um valor que tenha valor, deve estar fora de todo acontecer e ser-assim. Pois todo acontecer e ser-assim é casual. O que o faz não casual pode não estar *no* mundo; do contrário, seria algo, por sua vez, casual. Deve estar fora do mundo. (2010, p. 275, afor. 6.41. Grifos do autor.)

Uma análise das proposições fundamentais do *Tractatus* é necessária para que possamos prosseguir. Segundo as duas primeiras afirmações fundamentais da obra, que, reitera-se, consistem na ontologia do jovem Wittgenstein, o mundo é constituído por estados de coisas, figurados linguisticamente como fatos. Há, portanto, uma ordem relativamente fixa segundo a qual os elementos do mundo estão dispostos. Todas as coisas são como são e acontecem como acontecem. A tarefa da filosofia, então, passa a ser adequar a estrutura da linguagem à estrutura do mundo que é descrito por seu intermédio. Como todos os estados de coisas descritos são mais ou menos fixos, também deve sê-lo a linguagem utilizada para descrever o mundo. Dessa forma, cada segmento da linguagem utilizado para investigar o mundo deve ser decomposto em formulações mais fundamentais, até que se chegue às proposições elementares, que são, segundo Wittgenstein, funções de verdade de si mesmas, não sendo mais possível chegar a níveis mais básicos para a descrição do mundo. A filosofia, assim, torna-se uma atividade que visa dois objetivos principais: *encontrar* o inventário das proposições elementares e das combinações entre as mesmas e – é importante frisar que a segunda tarefa é consequência da primeira – *separar*, com base neste inventário, aquilo que faz sentido dizer daquilo que não é dotado de tal característica⁹. É importante, na mesma medida, considerar aquilo que tais moldes excluem do campo do dizível.

Em primeiro lugar, excluem-se do campo do exprimível quaisquer reflexões sobre objetos individuais, desconectados de suas relações com outros objetos. No *Tractatus*, Wittgenstein (2010) afirma que “o mundo resolve-se em fatos” (afor. 1.2), que “o que é o caso, o fato, é a existência de estados de coisas” (afor. 2) e, finalmente, que “o estado de coisas é uma ligação de objetos (coisas)” (afor. 2.01). Dessa maneira, reitera-se a afirmação wittgensteiniana de que as proposições elementares são o nível mais fundamental segundo o qual o mundo pode ser descrito. Nos *Cadernos* (WITTGENSTEIN, 1998), obra escrita alguns anos antes do *Tractatus*, o autor formulou tal questão da seguinte maneira:

mais profunda de análise segundo a reflexão tractatiana. Wittgenstein aceita como verdadeira a ideia de que o mundo é, sempre, o mundo como percebido por um sujeito, uma vez que é deste sujeito que parte a linguagem mesma. *Este* sujeito, condição para a descrição do mundo, não pode ser descrito pela linguagem para a qual ele é condição, a exemplo de um globo ocular, a partir do qual vê-se o mundo, mas cuja existência não pode ser deduzida a partir do que se enxerga (WITTGENSTEIN, 2010, afor. 5.633). Desse mesmo sujeito também deriva um *sentido* atribuído ao mundo, um valor enxergado pelo sujeito metafísico naquilo que é descrito. Como fator diretamente atribuível ao sujeito metafísico, o valor está, também, fora do mundo. Nesse sentido, valor e sujeito metafísico podem ser determinados um em função do outro. Um sujeito metafísico é aquele sujeito a partir do qual o mundo ganha algum valor, e o valor é aquilo que é introduzido no mundo pelo sujeito metafísico.

9 Evidentemente, dadas as formulações wittgensteinianas acima trabalhadas, conclui-se que qualquer afirmação que não possa ser diretamente derivada de alguma combinação de proposições elementares é desprovida de sentido (*sinnlos* no original).

pensemos numa superfície branca, em que houvesse manchas pretas irregulares. Dizemos então: seja qual for o tipo de imagem que surja deste modo, poderei sempre aproximar-me à vontade da sua descrição, cobrindo a superfície com uma rede quadrada adequadamente fina e dizendo de cada quadrado que ele é branco ou preto. Terei assim levado a descrição desta superfície a uma forma unitária. (...) Que uma imagem, como há pouco mencionada, se possa descrever mediante uma rede de determinada forma, nada asseve acerca da imagem. (1998, p. 54-55)

Em outras palavras, mesmo que, ao cobrir-se uma superfície com uma rede subdividida em quadrados, retângulos, triângulos, hexágonos ou qualquer outra forma, torne-se possível descrever cada subdivisão, ainda é impossível refletir sobre a própria natureza dos quadrados, triângulos ou retângulos segundo os quais a superfície é descrita. Também é impossível falar algo sobre a natureza da superfície como um todo (o “mundo” desse experimento mental). É possível, apenas, descrever uma relação existente entre cada subdivisão da rede e as cores ali presentes. Os objetos em si são inacessíveis a uma linguagem qualquer, exatamente por serem “pressupostos” por essa linguagem.

Em segundo lugar, é impossibilitado, nesse sistema filosófico, falar sobre a própria linguagem e sobre suas capacidades descritivas. Assim como os objetos que uma linguagem qualquer contém, o próprio sistema linguístico deve ser pressuposto para poder descrever o mundo. No *Tractatus*, Wittgenstein (2010) exemplifica tal relação a partir de uma alusão à visão. O austríaco assim escreve: “você diz que tudo se passa aqui como no caso do olho e do campo visual. Mas o olho você realmente *não* vê. E nada *no campo visual* permite concluir que é visto a partir de um olho”. (afor. 5.633. Grifos do autor).

Em último lugar, o sujeito é excluído do campo do dizível. De fato, o sujeito *metafísico* passa a estar fora do mundo, uma vez que este é definido como a totalidade dos fatos, que podem, *todos*, serem exprimidos na linguagem. Entretanto, algumas considerações ainda são necessárias.

O sujeito *empírico*, isto é, encarado do ponto de vista de suas ações, características físicas, emoções e estados psicológicos continua sendo descritível, uma vez que tal sujeito está envolvido em relações com outros elementos do mundo (isto é, está implicado em fatos). Contudo, ainda há uma parte do sujeito que não pode ser exprimida dessa maneira. Da mesma forma como, no exemplo do olho, todas as coisas que estão no campo visual são vistas a partir do globo ocular, mas *nada no campo visual* permite concluir que este é visto a partir de um olho, todas as coisas que podem ser descritas o são a partir de um sujeito, mas *nada na linguagem* permite concluir que a descrição dá-se a partir de tal ente. Nesse sentido, Wittgenstein (2010) afirmaria:

aqui vê-se que o solipsismo (...) coincide com o puro realismo. O eu do solipsismo reduz-se a um ponto sem extensão e resta a realidade coordenada a ele. Assim, há realmente um sentido em que se pode, em filosofia, falar não psicologicamente do eu. O eu entra na filosofia pela via de que “o mundo é meu mundo”. O eu filosófico não é o homem, não é o corpo humano, ou a alma humana, de que trata a psicologia, mas o sujeito metafísico, o limite – não uma parte – do mundo. (p. 247, afor. 5.64 & 5.641)

O sujeito metafísico está, portanto, permanentemente fora dos limites do exprimível, e as áreas da filosofia que tratam de temas relativos ao sujeito em sua “pureza” metafísica (e.g., ética e estética) são, por consequência, indizíveis, ainda que *demonstráveis*. Tal postura pode servir como embasamento da noção cerceaniana do Outro como limite da teoria.

3. Por uma interpretação da heterologia: Michel de Certeau, leitor de Wittgenstein

A que se deve a ausência denunciada por Michel de Certeau quando está consumado o ato teorizante? O que ocorre para que o Outro seja submetido à inversão escriturária? Ainda mais importante, por que, mesmo diante de um fazer técnico balizado por redes de saberes-poderes tão ubíquas e profundas quanto o conhecimento “científico”, ainda subsiste a alteridade daquele que se procura descrever? A estas perguntas e seus indícios de resposta se dedica o estágio final do presente estudo.

Em primeiro lugar, é necessário enxergar, nas práticas discursivas e teorizantes, não apenas um elemento *estruturado* da realidade, isto é, um fator derivado de organizações políticas, de práticas sociais, de uma ordem previamente existente, mas também um elemento *estruturante* do mundo, qual seja, um procedimento capaz de *criar* um lugar a partir do qual se fala. De fato, a ciência moderna estabelece-se, em grande medida, a partir de sua capacidade de gerar um *corte*, segundo o qual um espaço inédito é criado e imediatamente ocupado pelo discurso científico (DE CERTEAU, 2002; 2012b). Aquilo que, no decorrer desse processo técnico, jaz “do lado de fora” dos espaços arquitetados pelo fazer científico constitui o “resto” que a operação teorizante, mesmo assim, busca conquistar. Em *A invenção do cotidiano*, uma de suas últimas obras e certamente um marco na renovação das pesquisas nas humanidades, o autor afirma que,

esta clivagem organiza a modernidade. Recorta-a em insularidades científicas e dominantes sobre um fundo de “resistências” práticas e de simbolizações irreduzíveis ao pensamento. Ainda que a ambição d’“a ciência” vise conquistar esse “resto” a partir dos espaços onde se exercem os poderes de nossos saberes, ainda que, para preparar a realização integral desse império, haja reconhecimentos que inventariam as regiões fronteiriças e ligam assim o claro ao obscuro (são os discursos opacos de ciências mistas assim chamadas “humanas”, relatos de expedições que tendem a tornar assimiláveis – senão pensáveis – e a balizar as noites da violência, da superstição e da alteridade: história, antropologia, patologia etc.), a ruptura que as instituições científicas produziram entre línguas artificiais de uma operatividade regulada e falares do corpo social jamais cessou de ser um foco de guerras ou de compromissos. (DE CERTEAU, 1998, p. 65)

Em sentido wittgensteiniano, o corte produzido pelas ciências visa a criação de um *mundo*, um conjunto de descrições e proposições fundamentais, das quais uma série de outras afirmações, fundamentalmente ancoradas nesse con-

junto fundamental, será derivada. De Certeau, todavia, complexifica a análise de Wittgenstein ao colocar a descrição do mundo como ato verdadeiramente político¹⁰. Dessa maneira, pode ser entendida a ausência postulada por Michel de Certeau, a partir das reflexões de Wittgenstein sobre os limites do exprimível. O mundo delimitado pela teoria e pelas práticas científicas apresenta as mesmas possibilidades e as mesmas limitações diagnosticadas por Wittgenstein para a linguagem como um todo. *Dentro* do espaço discursivo aberto pelas práticas científicas, pode-se descrever apenas aquilo que, nas palavras do filósofo austríaco, é como é e acontece como acontece. A empiria das práticas teorizantes faz das mesmas capazes de apreender tão somente *sujeitos empíricos*, mas tal apreensão exclui das formulações científicas o *sujeito metafísico*, o Outro em sua essencial e inflexível “pureza”. Ademais, tal limite é, por definição, insuperável, uma vez que o sujeito metafísico, como condição *transcendental* para a existência mesma da linguagem, não pode ser descrito por um tal sistema de signos. A ausência sobre a qual opera o fazer científico é, portanto, a ausência do Outro nas camadas mais fundamentais de seu ser.

Paradoxalmente, tal ausência é a razão mesma pela qual o Outro subsiste, ainda que como desvio das formulações teorizantes do fazer científico. Se é verdade que o Outro está ausente em sua “pureza” metafísica diante do tento do fazer científico em reduzi-lo a um objeto, qual seja, a um sujeito empírico, também é verdadeiro que tal redução, por definição, não pode ser levada a seu termo. O Outro, enquanto sujeito, apresenta algo de fundamentalmente irreduzível àquilo que pode ser dito, do que sucede que a teorização *sobre* esse Outro nunca pode completar-se.

Para as humanidades, tal dificuldade filosófica leva diversas áreas do existir humano ao campo do indescritível, ainda que demonstrável. Essa limitação se torna ainda mais evidente quando consideramos a dimensão política do cotidiano para além da ética e da estética, áreas firmemente colocadas nas searas do indizível já pelo próprio Wittgenstein. De fato, a crítica cerateauniana às abordagens estruturalistas, notadamente estabelecida em obras como *A cultura no plural* (DE CERTEAU, 2012a) e, principalmente, *A invenção do cotidiano* (DE CERTEAU 1998) ganha uma nova profundidade quando enxergada à luz da irreduzibilidade fundamental do sujeito ao mundo como interpretado por Wittgenstein. O cotidiano, nesse sentido, não é apenas um campo de estudo, mas também um espaço de resistência, no qual as teorias encontram seus limites e as práticas revelam sua irreduzibilidade (SHERINGHAM, 2006). Eventos como o Maio de 1968, analisados por De Certeau em *A tomada da palavra* (1997), demonstram a força das práticas e a capacidade dos sujeitos de subverter as ordens estabelecidas. Ao se debruçar sobre a obra de Michel de Certeau à luz das propostas de Ludwig Wittgenstein, compreendemos que a busca por uma descrição completa e uma análise definitiva do sujeito e do social baseada em uma teoria imutável estabelecida aprioristicamente é uma tarefa impossível, e

10 O Wittgenstein mais maduro, cujas obras se distanciam do logicismo mais duro de autores como Frege e Russell, passa a enxergar a linguagem como um *instrumento* utilizado por comunidades de falantes. Assim, a linguagem exerce a função, no mínimo próxima à análise cerateauniana do discurso científico, de criar espaços em cujos desdobramentos ocorre a vida. Contudo, a postura wittgensteiniana com relação ao sujeito continua constante. Cf. Wittgenstein (1999), assim como Dall’Agnol (2005).

que o cotidiano, com sua riqueza e complexidade, continua a desafiar as nossas categorias epistemológicas.

Considerações finais

O estudo que agora se encerra procurou promover uma interpretação wittgensteiniana das questões da diferença como discutidas na obra de Michel de Certeau. Daí mesmo a menção a categorias importantes para o autor como *Outro* e *heterologia*. Para tanto, três passos foram dados. Em primeiro lugar, discutiu-se o lugar dos procedimentos técnicos e científicos na obra de Michel de Certeau, explicitando-se sua natureza estruturada e estruturante. Nesse contexto, o problema da ausência do Outro quando de sua descrição por alguma teoria foi colocado, enfatizando-se que tal ausência nunca é completa, porque impossível.

Depois, a obra de Ludwig Wittgenstein foi debatida, especialmente com relação ao problema dos limites últimos da linguagem. Nesse sentido, as reflexões do austríaco sobre o sujeito, visto como localizado nos limites do mundo, foram analisadas. Nesse estágio, postulou-se a diferença entre um sujeito empírico e um sujeito metafísico, sendo este último um ente permanentemente fora do alcance das ambições descritivas da linguagem.

Por último, promoveu-se o retorno à obra de Michel de Certeau, à luz da análise do sujeito wittgensteiniano, para que se defendesse o argumento de que a ausência do Outro na operação teorizante, assim como a subsistência deste diante de tal procedimento, é uma questão metafísica, e não apenas epistemológica. Em outras palavras, a problemática apontada pelo intelectual francês tem sua origem última não somente numa limitação da produção do conhecimento em humanidades, mas também numa natureza da alteridade fundamentalmente alheia às pretensões do fazer científico.

Salienta-se que o estudo que ora se encerra, busca continuar uma discussão, já apontada por outros autores. Nesse sentido, as possibilidades abertas por uma aproximação entre Michel de Certeau e Ludwig Wittgenstein – já proposta pelo próprio autor francês (DE CERTEAU, 1998) – a partir das temáticas do sujeito e da heterologia afiguram-se, no mínimo, como um caminho significativo a se percorrer no âmbito das humanidades.

Referências

- ARRUDA JÚNIOR, Gerson Francisco. **10 Lições sobre Wittgenstein**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.
- BRÍGIDO, Edimar. Sujeito Metafísico e Sujeito Empírico: a presença de Schopenhauer na filosofia de Wittgenstein. **Cognitio**, vol. 20, n. 1, p. 13-30, 2019.
- DALL'AGNOL, Darlei. O Sentido Ético das Investigações Filosóficas de Wittgenstein. **Veritas**, vol. 50, n. 2, p. 33-41, 2005.

DE CERTEAU, Michel. **The capture of speech & other political writings**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997 [original de 1968].

DE CERTEAU, Michel; Revel, Jacques; Julia, Dominique. A beleza do morto. In: De Certeau, Michel. **A cultura no plural**. Trad. Enid Abreu Dobránszky. 7ed. Campinas: Papirus, 2012b, pp. 55-85 [original de 1970].

DE CERTEAU, Michel. O ausente da história. In: De Certeau, Michel. **História e psicanálise**: Entre ciência e ficção. 2ed. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, pp. 179-188 [original de 1973].

DE CERTEAU, Michel. **A cultura no plural**. Trad. Enid Abreu Dobránszky. 7ed. Campinas: Papirus, 2012a [original de 1974].

DE CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. 2ed. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rev. Téc. Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002 [original de 1975].

DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**: artes de fazer. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Editora Vozes, 1998 [original de 1980].

FREGE, Friedrich Ludwig Gottlob. **Conceitografia**: uma linguagem formular do pensamento puro decalcada sobre a da aritmética. Trad. Paulo Alcoforado, Alessandro Duarte e Guilherme Wyllie. Rio de Janeiro: Nau, Edur, 2019 [original de 1897].

MARGUTTI PINTO, Paulo Roberto. **Iniciação ao Silêncio**: uma análise do Tractatus de Wittgenstein como forma de argumentação. Belo Horizonte: Edições Loyola, 1998.

MONK, Ray. **Ludwig Wittgenstein**: the duty of genius. Londres: Penguin Books, 1991.

OHARA, João Rodolfo Muniz. **A história como heterologia**: Do conceito de história em Michel de Certeau. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

RUSSEL, Bertrand. **The Philosophy of Logical Atomism**. Oxford: Routledge, 2009 [original de 1918].

SHERINGHAM, Michael. Michel de Certeau: Reclaiming the Everyday. In: Sheringham, Michael. **Everyday Life**: Theories and Practices from Surrealism to the Present. New York: Oxford University Press, 2006, pp.212-247.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Cadernos 1914-1916**. Trad. João Tiago Proença. Lisboa: Edições 70, 1998.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010 [original de 1921].

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. Trad. José Carlos Bruni. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999 [primeira publicação: 1953].